

2017
15



CEAMA

CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA MILITAR DE ALMEIDA



PROJECTOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NAS MURALHAS DE ALMEIDA

EM TORNO DA DECLARAÇÃO DAS "FORTALEZAS ABALUARTADAS DA RAIA" COMO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE NUM QUADRO DIVERSIFICADO DE SENSIBILIZAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

ACTAS DO X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ARQUITECTURA MILITAR - 2016

N.º 15 - 2017

A capa deste número da revista centra as Comemorações do "Cercos de Almeida" num ponto especial dos enfrentamentos havidos em 1810, na Terceira Invasão Francesa. Foi na ponte sobre o rio Côa, à guarda da Praça-forte, que se deu a primeira batalha do exército luso-britânico contra as tropas napoleónicas. Em 2016, mais uma vez, realizou-se no local uma reconstituição histórica da batalha de Julho, primeiro acto do retardamento do avanço do marechal Massena, determinante para a sua derrota nas "Linhas de Torres".

A imagem retrata um pormenor da recriação, num quadro luxuriante de beleza natural. Foto João Campos.

Produção Editorial

Câmara Municipal de Almeida

Director

Presidente da Câmara Municipal de Almeida

Coordenação Editorial e

Direcção Gráfica

João Campos

Tradução

Adriana Veleda (Saudade Inc.)

Colaboraram neste número

António Manuel Ramos, Betina Adams, Elcio Secomandi, Fernando Cobos, Guillermo Duclos, Giora Solar, Luís Fontes, João Campos, Jorge Oliveira, João Peralta, João Marujo, Moisés Cayetano Rosado, Michael Losse, Philippe Bragard, Rui Carita, Ramón García Gómez, Rui Loza, Shadi Gadban, Victor Icharri Iribarren.

Revisão João Campos

Impressão e acabamento Gráficas Lope

Tiragem 500 Exemplares

ISSN 1646-9089

Depósito Legal n.º 272003/08

CEAMA

Publicação da Câmara Municipal de Almeida

ACEP - Área Cultural, Estudos e Património

Quartel das Esquadras n.º 5

6350-130 Almeida

geral.acep@cm-almeida.pt

Telefone: 271 571 993

Os artigos da revista CEAMA são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não reflectem, necessariamente, o ponto de vista da direcção da publicação ou da Câmara Municipal de Almeida. Os textos e as imagens desta publicação não podem ser reproduzidos sem autorização prévia da Câmara Municipal de Almeida.

Sumário Summary

- 3 A Perenidade do Património / The Perennial Heritage**
António Baptista Ribeiro
- 5 Projectos de conservação e restauro nas muralhas de Almeida / Conservation and restoration projects in the walls of Almeida**
João Campos, António Manuel Ramos, Rui Ramos Loza
- 11 Em torno da declaração das "Fortalezas Abaluartadas da Raia" como Património da Humanidade / About the declaration of the Bulwarked fortresses of the border as World Heritage Site**
- 13 A promoção de Candidaturas a Património Mundial e a A.P.M.C.H.: algumas perspectivas / The Submission of World Heritage Applications and A.P.M.C.H.: some perspectives**
João Campos
- 31 Sensibilização nacional e internacional para o valor patrimonial de Almeida / Sensibilização nacional e internacional para o valor patrimonial de Almeida**
João Campos
- 39 Reportaje de los trabajos / Celebrado el "X Seminario Internacional de Arquitectura Militar" en Almeida / Feature report for the "10th International Seminar of Military Architecture" in Almeida**
Moisés Cayetano Rosado
- 45 Sistemas defensivos entre Portugal e Espanha na América do Sul e o Brasil com países limítrofes: fronteira meridional Sul e Sudoeste do Brasil / Defensive systems between Portugal and Spain in South America and Brazil with bordering countries: south and south-western border of Brazil**
Betina Adams
- 71 Das fronteiras do 6º milénio ao Tratado de Alcanices, entre o Tejo e a Serra de S. Mamede / From the borders of the 6th millennium until the Treaty of Alcañices, between Tagus and Serra de S. Mamede**
Jorge de Oliveira
- 87 Valores sistémicos y tecnológicos de la fortificación de Almeida en la raya central / Systemic and technological values of the fortification of Almeida in the central raya**
Fernando Cobos
- 89 Projecto Educação Patrimonial / Heritage Education Project**
Elcio Secomandi



- 97** **O papel das fortificações na consolidação do território da América Portuguesa / The role of fortifications in the consolidation of the territory of Portuguese America**
João Jorge Peralta
- 100** **Las defensas del nordeste y la articulación territorial de la frontera. El sistema fortificado de la raya hispano-lusa en trás-os-montes e Alto Douro / The northeast defences and the territorial articulation of the border. The fortified system in the spanish-portuguese border in trás-os-montes e Alto Douro**
Ramón García Gómez
- 147** **Autenticidad e integridad en las fortificaciones abaluartadas extremeño-alentejanas cara a una candidatura a Patrimonio Mundial / Authenticity and integrity of the bulwarked fortifications of Extremadura and the Alentejo faced with the application to world heritage**
Moisés Cayetano Rosado
- 177** **Jerusalem's city walls along history / As muralhas da cidade de Jerusalém ao longo da história**
Giora Solar
- 179** **Al sur de la frontera peninsular: la defensa del arco atlántico / To the south of the peninsular border: the defense of the Atlantic arc**
Guillermo Duclos Bautista
- 215** **Fronteira e fortificação a noroeste. A praça-forte de Valença e o sistema defensivo do rio Minho / Frontier and fortification to the northeast. The stronghold of Valença and the defensive systems of the river Minho**
Luis Fontes
- 216** **The development of bastion in the Knights Hospitallers' monastic state in the Dodecanese, Aegean Sea (15th and 16th centuries) – some new aspects / O desenvolvimento do baluarte no estado monástico dos Cavaleiros Hospitalários no Dodecaneso, Mar Egeu (séculos XV e XVI) – alguns aspectos novos**
Michael Losse
- 235** **The influence of Vauban's fortifications outside of France. Around the study case of Almeida / A influência das fortificações de Vauban fora de França. Em torno do caso de estudo de Almeida**
Philippe Bragard
- 238** **Nascimento, consolidação e defesa da fronteira portuguesa como valor identitário / Borning, consolidation and defense of Portugal - the border as identity value**
Rui Loza
- 258** **Palestine, a Land of conquest, surveillance and control / Palestina, uma Terra de Conquista, Vigilância e Controlo**
Shadi Ghadban
- 279** **El Ingeniero General Juan Martín Zermelo y las fortificaciones de frontera: Pamplona y Puebla de Sanabria a mediados del siglo XVIII / The General Engineer Juan Martín Zermelo and the border fortifications: Pamplona and Puebla de Sanabria in the middle of the eighteenth century**
Víctor Echarri Iribarren
- 300** **ALMEIDA•X•C.E.A.M.A.**
Rui Carita

Das fronteiras do 6º milénio ao Tratado de Alcanices, entre o Tejo e a Serra de S. Mamede

Jorge de Oliveira*

1. TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

Todos os animais, por diferentes meios, marcam os seus territórios de exploração e o homem não foge a essa norma. Desde as épocas mais recuadas, ainda durante a fase da caça e recolção já o homem sinalava os seus espaços de recolha de recursos. Chegaram a até nós testemunhos dessas ancestrais demarcações sendo alguma arte rupestre um exemplo claro de sinalizadores territoriais.

Após a última glaciação o homem enceta uma vida mais sedentária e o investimento na domesticação da terra gera, naturalmente, um maior sentido de posse sobre o território onde ele se esforçou. Marcar e demarcar o que considera seu assume gradualmente maior relevância. Aos ancestrais territórios de exploração de recursos naturais somam-se agora os espaço onde o homem investiu força e tempo desmatando clareiras para a agricultura e para a pastorícia. Naturalmente, quanto maior o investimento, maior o sentido de posse dos respectivos territórios. Será com a emergência do Neolítico que a apropriação da terra e a sua consequente sinalização e demarcação assumem características assumidamente intemporais. O sinal mais evidente da apropriação do espaço processa-se, em quase todas as comunidades, através da monumentalização da morte. As denominadas “cidade dos mortos”, com maior ou menor monumentalização, assumiram e continuam a assumir o mais forte sentido de ligação do homem a um espaço e a sua consequente apropriação. Se as necrópoles são, por excelência, o marcador central de propriedade dum grupo, onde os seus ancestrais permanecem, também desde épocas igualmente recuadas que o homem procurou demarcar os limites dos territórios que considera seus por forma a informar e intimidar os outros que possam chegar. Marcos naturais, tais como formações rochosas bem destacadas na paisagem, linhas de água de difícil transposição, linhas de festo, árvores de significativa dimensão e quando necessário reforçadas por erecção de balizas artificiais, ou pelo reforço gráfico dos acidentes naturais, de tudo o homem se serviu para informar os outros que aquele espaço tem dono, ou donos.

O muro, ou muralha, a pedra ou pau erguidos, os símbolos gravados ou pintados sobre rochas ou árvore, o posicionamento simbólico de objectos, ou artefactos em locais de passagem, de tudo o homem se serviu para delimitar o espaço que

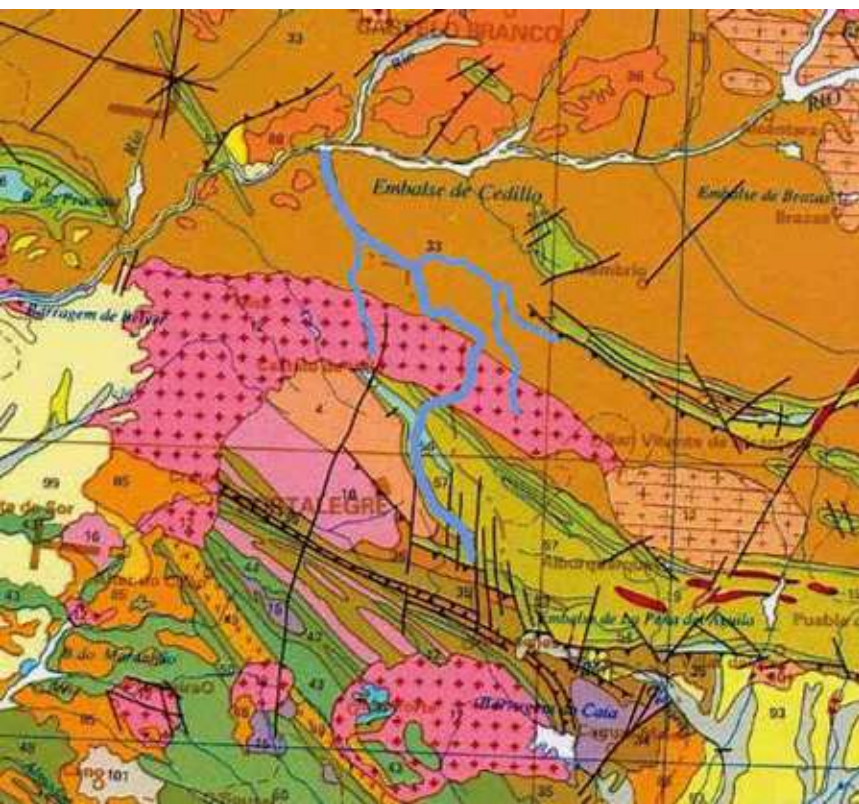
considera seu. À medida que o investimento na terra aumenta, maior é o reforço na sinalização e fiscalização da propriedade. Gradualmente, ao longo do processo de apropriação do território o homem estabelece pontos de guarda e vigilância do que considera seu. Atalhas em sítios elevados emergem nos limites dos territórios, muros encerram os espaços da vida e da morte, a intervisibilidade e as comunicações assumem, cada vez mais, um papel determinante na demarcação dos territórios. Serão, sobretudo, os locais naturais de passagem, os vulgarmente chamados portos, ou portelas que maior atenção vão merecer por parte dos que da terra se apropriam. Por esses locais, obrigatoriamente, terão que passar homens e animais e será aí que os que se consideram proprietários do território concentram maior controlo. São locais de importância vital para a salvaguarda da propriedade. Quem controlar as zonas de passagem controla o território.

Quando a densidade populacional é reduzida e não permite uma efectiva e continuada presença de defensores, a estratégia de controlo e defesa passa pela obstrução física artificial da passagem, ou pela intimidação psicológica. Barreiras artificiais, como muros de pedra ou cercas de madeira, tentam estrangular as passagens. Em alternativa, ou em complementaridade, o efeito psicológico pode dissuadir os



1. Localização da Bacia do Rio Sever na Península Ibérica. / Location of the hydrographic basin of Sever River in the Iberian Peninsula.





2. Carta Geológica da Bacia do Sever. / Geological charter of the Sever Basin.

que de fora se aproximam. Marcos, sinais, ou objectos com forte carga negativa explicitamente informam os outros que a partir daquele ponto o território tem proprietários. Singulares e notáveis acidentes naturais foram, milenar e continuamente, utilizados como marcadores territoriais. Mas, quando o limite dos territórios se agiganta natural é que outros elementos sejam impostos na paisagem e de forma mais perene. Marcos de pedra, erectos na paisagem, de maior ou menor dimensão, foram e continuam a ser a opção mais recorrente para o homem marcar os espaços que entende como seus ou pertencentes ao seu grupo.

2. OS TERRITÓRIOS MEGALÍTICOS DAS MARGENS DO RIO SEVER

A reflexão que neste texto apresentamos tenta compreender as razões históricas para a maior ou menor proximidade social de comunidades vizinhas mas que ao longo dos tempos foram espartilhadas por distintas linhas de fronteira. Esta reflexão debruça-se sobre o território situado entre o Tejo e a Serra de S. Mamede, especialmente a zona drenada pelo Rio Sever, uma região geomorfologicamente muito diversificada, limitada a sul pelas cristas quartzíticas

da Serra de S. Mamede e a norte pelos xistos que bordejam o rio Tejo. Em termos orográficos a bacia do Sever poderá ser dividida em quatro regiões. A Sul, a zona montanhosa, está balizada pelas cotas dos 500 aos 1025 metros. É caracterizada por encostas de xistos e quartzitos predominantemente escarpadas e cobertas por floresta. Os solos são essencialmente da classe E. Na meia encosta, caracterizada por declives mais suaves, encontram-se sobretudo granitos. Nela registam-se pequenas manchas de solos de classe D e estreitas faixas de solos de classe C sobretudo nas margens do rio e de algumas ribeiras, intervaladas por grandes espaços sem valor agrícola. Nas cotas inferiores aos 300 metros abandonamos os solos litólicos não húmicos que caracterizam a meia encosta e entramos nos litossolos de xistos e grauvaques que se estendem em peneplanície até às margens do Tejo onde as cotas que oscilavam entre os 300 e os 250 metros caem repentinamente para os cem metros nas margens do grande rio. A peneplanície dá lugar a encostas de fortes declives de solos essencialmente esqueléticos recortados por estreitas faixas de terrenos ainda com algumas aptidões agrícolas. Os estudos arqueológicos que há várias dezenas de anos desenvolvemos nestas regiões permitem-nos hoje compreender que desde os alvares do Neolítico, quando o homem gradualmente passa para uma economia produtora, que se começam a esboçar dois territórios onde se fixaram comunidades humanas que desenvolveram economias distintas, decorrentes dos ecossistemas que aí encontraram.

Ao longo dos sessenta e três mil metros do curso do Rio Sever e nos quatrocentos e cinquenta quilómetros quadrados que ocupa a sua bacia hidrográfica, embora não conheçamos claramente os testemunhos do povoamento das primeiras comunidades agro-pastoris, conhecemos suficientemente bem as suas estruturas funerárias porque muito mais monumentais do que os habitats. Aqui identificámos perto de centena e meia de sepulturas megalíticas que se dividem, claramente, em duas manchas megalíticas, uma localizada na meia encosta, em terrenos predominantemente graníticos e outra, mais a norte, nas margens dos Tejo, em solos xistosos.

Observando a distribuição das sepulturas megalíticas tendo em atenção a edafologia da região verificamos que a maioria dos monumentos, quer

sejam em xisto, quer sejam em granito foram implantados em solos classificados actualmente na classe D. Em solos da classe E foi implantado outro importante conjunto de sepulturas megalíticas. Em solos da classe C, portanto com melhores aptidões agrícolas, apenas dois monumentos aí foram construídos.

A não ocupação de solos pesados por parte dos construtores de megálitos parece ser uma constante na área em estudo. Os solos litólicos não húmicos graníticos e os xistosos das margens do Tejo parece terem sido os mais preferidos. Embora actualmente os solos das margens do Tejo estejam classificados como esqueléticos e sem qualquer aptidão agrícola, anteriormente às intensas campanhas do trigo promovidas nas décadas de quarenta e cinquenta, eles ainda possuíam alguma potência de solo arável, aumentando-se, assim, provavelmente a área de solos da classe D. Embora em Espanha campanhas cerealíferas semelhantes tenham ocorrido pela mesma altura, não atingiram as proporções verificadas em Portugal. Alguns dos solos hoje esqueléticos apresentar-se-iam em épocas mais recuadas com potências muito superiores o que lhes facilitaria um coberto vegetal algo distinto do existente actualmente.

Como temos vindo a constatar na bacia hidrográfica do rio Sever duas manchas megalíticas são isoláveis. Se através do posicionamento geográfico geral estas duas manchas megalíticas são facilmente detectáveis elas tornam-se ainda mais evidentes quando projectamos a sua localização sobre uma carta geológica ou de solos. A Sul, nos solos litólicos não húmicos de granitos e rochas afins concentram-se os monumentos obtidos por blocos de granito. A Norte nos litossolos de xistos ou grauvaques localizam-se as pequenas sepulturas construídas por esteios de xisto.

A linha de separação entre os granitos e os xistos forma uma autêntica fronteira entre os dois grupos megalíticos localizados no interior da bacia. Se por si só esta observação é digna de registo, a sua continuidade para além da área em estudo confere-lhe ainda maior importância. Observando a carta geral de distribuição de sepulturas megalíticas do Nordeste Alentejano e Noroeste da “Extremadura” espanhola, verifica-se que a linha de contacto entre os granitos e os xistos parece limitar claramente dois grupos megalíticos que não se isolam unicamente em termos de matéria-prima e correspondente espe-

cificidade arquitectónica. A diversidade dos dois grupos, é bem observável quer na arquitectura quer nos espólios rituais.

Os distintos complexos geológicos que caracterizam a área em estudo, associados aos aspectos orográficos e consequentemente aos climáticos que se projectam nas características florísticas e faunísticas específicas de cada um deles, devem ter condicionado duas economias que parecem corresponder respectivamente às duas e diferentes manchas megalíticas isoladas no interior da bacia do Sever. Na zona mais montanhosa, com cotas superiores a 600 metros, não existem monumentos megalíticos. Na meia encosta granítica, sobretudo nas imediações da linha de contacto com os xistos distribuem-se os monumentos da mancha granítica. Ao entrarmos nos litossolos de xistos da zona do Chão Salgado os sepulcros megalíticos não se registam, voltando de novo a ocorrer nas imediações da foz do Tejo. Uma larga faixa de terrenos, actualmente incluídos na classe E, portanto sem aptidões agrícolas, separa as duas manchas megalíticas. Esta *terra de ninguém* megalítico também o parece ter sido ao longo de toda a História pois a presença de testemunhos de épocas posteriores também é bastante reduzido.

Separam-se, assim, em termos arquitectónicos, orográficos, geológicos, faunísticos e florísticos dois grupos megalíticos que poderão corresponder a distintas comunidades, estruturadas em diferentes ecossistemas. Na zona sul, a meia encosta, onde o micro-clima de características atlânticas esbate as amplitudes térmicas que castigam a outra região, desenvolve-se e provavelmente desenvolvia-se uma flora exuberante e habitada por múltiplas espécies cinegéticas. Este corredor dos granitos, abundante em água que facilitaria a exploração dos pequenos mas férteis vales na periferia da floresta, parece ter oferecido



3. Rio Sever junto a Marvão. / Sever River near Marvão.



4. Anta da zona granítica – Anta da Melriça. / Dolmen in the granite zone - Anta da Melriça.

um conjunto de condições excepcionais ao desenvolvimento de uma economia mista em que a agricultura / horticultura se associa à exploração dos recursos que a floresta possibilita, quer em termos de caça, quer em termos de pastorícia. Esta economia rica e diversificada, proporcionadora de excedentes, deverá em parte explicar o investimento energético despendido na monumentalidade e riqueza do mobiliário votivo do megalitismo deste grupo, caracterizado por grandes sepulturas e ricos espólios.

Mais a norte, onde as amplitudes térmicas dos climas de características mediterrânicas se fazem sentir, e onde os solos quase esqueléticos drenados por ribeiras de curso sazonal não facilitam a sua exploração em termos agrícolas ou florestais, parecem ter sido empurradas as populações para junto do grande rio, deixando uma larga faixa de terreno, por vezes superior a doze quilómetros, sem qualquer ocupação humana. Esta *terra de ninguém*, que na margem portuguesa é denominada localmente de Chão Salgado, encontra idênticas características na margem espanhola e separam os dois grupos megalíticos. Se as comunidades do sul que viviam na orla da floresta parecem ter encontrado nela o seu complemento alimentar através da caça, as do norte terão procurado no rio Tejo e foz do Sever o complemento nutritivo que os pequenos vales de reduzida aptidão agrícola não conseguiam fornecer. Duas comunidades explorando distintos recursos, proporcionando excedentes desiguais e condicionadores de diferentes estruturas sociais, em ambientes geológicos diferentes, deverão, para além de outras consequências, produzir ritualizações e discursos arquitectónicos distintos. Esta diversidade parece reflectir-se, independentemente das questões

que se colocam com a sua contemporaneidade, em diferentes atitudes perante a morte, demonstradas em termos arquitectónicos e rituais.

Apesar de um levantamento arqueológico por muito exaustivo que seja nunca poder ser dado por concluído, as várias prospecções efectuadas em ambas as margens, mas sobretudo na portuguesa, não revelaram, nesta *terra de ninguém*, mais nenhuma sepultura megalítica para além da que, recentemente, registámos junto ao marco geodésico Sardinha. Como já afirmámos, o território que separa as duas manchas megalíticas, para além de não possuir grandes aptidões agrícolas, e ser drenado por um reduzido número de linhas de água, na sua maioria sazonais, conferindo-lhe características ambientais muito particulares, parece não apresentar razões suficientemente fortes para justificar a ausência de ocupação humana ou, pelo menos, a inexistência de manifestações megalíticas. Esta divisão torna-se mais compreensível com a sobreposição da carta de localização dos menires conhecidos na área em estudo sobre a das sepulturas megalíticas. Ao fazermos coincidir as duas cartas, de imediato nos apercebemos que os principais menires se implantam exactamente ao longo da linha de contacto entre os granitos e os xistos, formando como que uma linha de fronteira.

3. UMA FRONTEIRA DE MENHIRES

Os mais volumosos menires desta região implantam-se no limite norte da mancha megalítica dos granitos funcionando, provavelmente como marcos territoriais. Sabemos hoje que os menires são substancialmente mais antigos que a maioria dos sepulcros megalíticos que na maior parte dos casos chega aos 2000 anos, remontando, assim os menires para os inícios do Neolítico. Poderemos demonstrar, assim, que as diferenças arquitectónicas e rituais dos dois grupos megalíticos funerários parece terem raízes mais antigas testemunhadas na linha de menires sobreposta sobre a fronteira que separa os granitos dos xistos.

Diferentes aspectos separam as duas *manchas megalíticas* parecendo reflectir estruturas económicas e sociais distintas que foram provavelmente geradoras de focos de conflitualidade que a *terra de ninguém* e o domínio visual dos menires parecem querer confirmar, somados aos vestígios de profundos traumatismos provocados por objectos cortantes e perfurantes detectados nos restos ósseos inumados nas nossas esca-



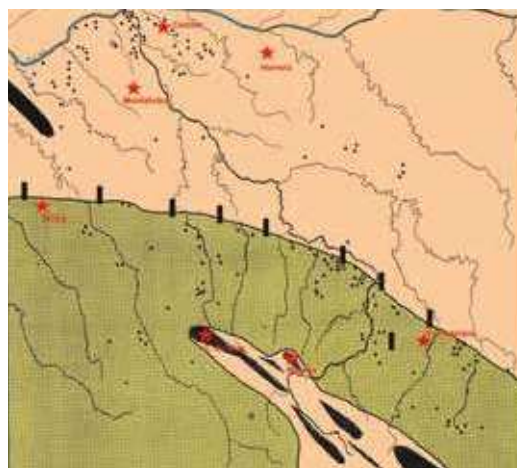
vações. Para além da simbologia fálica de praticamente todos os menires, eles parecem formar como que uma rede de marcos delimitadores do território com maiores recursos económicos testemunhados pela monumentalidade arquitectónica e número e riqueza do espólio funerário. Estabelece-se, desta forma, uma linha de fronteira orientada grosso modo nascente poente que se estende, pelo menos desde a Serra de S. Pedro, já a avistar Cáceres, secciona transversalmente o curso do Rio Sever e projecta-se para ocidente de Nisa. Definem-se, assim, desde pelo menos o 6º milénio antes de Cristo, dois territórios onde se instalaram duas comunidades que desenvolveram economias distintas, que se reflectiram em diferentes comportamentos perante a morte e que parece não terem convivido muito pacificamente, atendendo aos profundos traumatismos observáveis nos restos ósseos.

4. DA FORTIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS À ROMANIZAÇÃO

Quando as influências orientalizantes se começam a fazer sentir com maior intensidade e a metalurgia desponta nesta zona da Península Ibérica as comunidades que até aí se estabeleciam em *habitats* de pouca altitude procuram agora cotas mais altas e naturalmente protegidas. Os povoados sobranceiros ao Rio Sever são abandonados e os cumes dos cerros começam a ser fortificados. Desde os finais do Calcolítico até à chegada dos Romanos pontos estratégicos das principais linhas de cumeada passam a ser espaços de vivência humana. O Castelo de Vidago (Vidais), o do Corregedor, o da Crença, o Del Jardinero, o Castelo Velho do Sever, os das Aguas Blancas e o da Srª da Graça testemunham essas épocas conturbadas que se viveram nas imediações nas margens do Sever originados pelas disputa das melhores terras e zona de mineração. Uma, ou mais linhas de muralhas, envolvem estes *habitats*. Casas

quadrangulares, ou redondas, outrora provavelmente, cobertas por giestas anexam-se umas às outras aproveitando da melhor forma o pouco espaço que as muralhas protegiam mas, se bem observarmos o território, a maioria destes povoados fortificados implantam-se no limite da mancha granítica a norte da Serra de S. Mamede. As cumeadas que sustentam Marvão, Castelo de Vide, Valência de Alcântara, Herrera e Albuquerque parecem inserir-se neste tipo de estratégia que, sobretudo, as comunidades da segunda Idade do Ferro adoptaram, nas encostas da Serra de S. Mamede.

Com a chegada dos Romanos, outra página começa ser escrita nesta região. As comunidades que sobreviviam nos alcantilados montes descem de novo aos vales. Mais pela força das armas do que por vontade própria, como os vestígios arqueológicos bem o demonstram, os habitats fortificados da Idade do Ferro sucumbem e as terras com melhor aptidão agrícola começam a ser intensamente exploradas. Várias *villae* e casais agrícolas redesenham a paisagem entre a Serra de S. Mamede e o Vale do Tejo. Casas agrícolas mais ou menos faustosas, por vezes revestidas



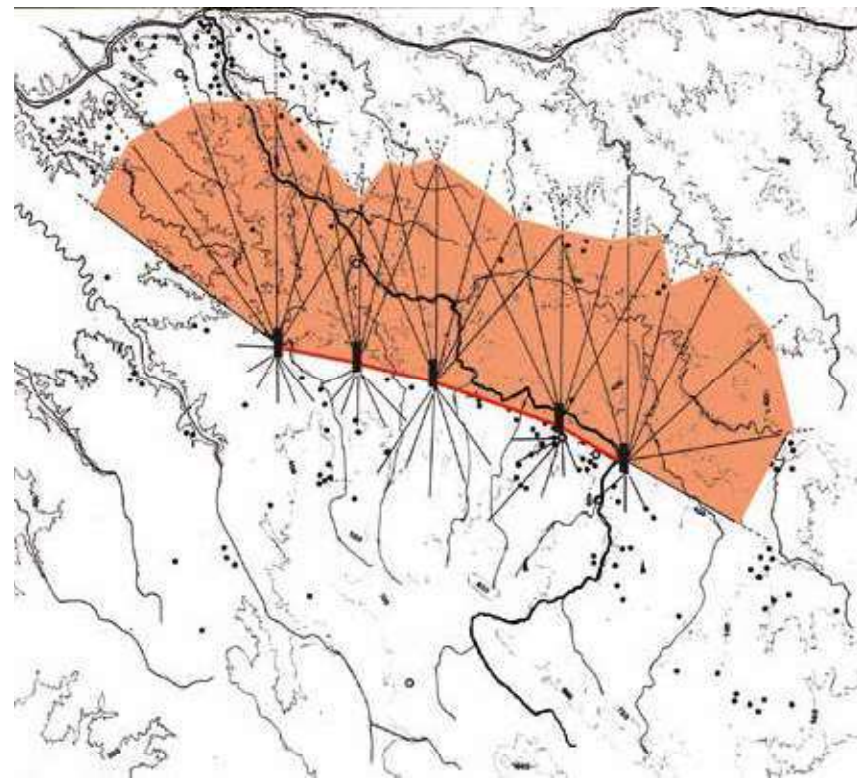
5. Anta da zona xistosa – Anta da Sardinha. / Dolmen in the schist zone - Anta da Sardinha.

6. Menhir do Patalou – Nisa.

7. Menhir da Meada – Castelo de Vide.



8. Fronteira megalítica do Rio Sever – 6º milénio a.C. / Megalithic frontier of the Sever River - 6th millenium b.C.



CARTA HIPSONOMÉTRICA DA BACIA DO SEVER
DOMÍNIO VISUAL DA LINHA DE MENHRES



9. Domínio visual da linha de menhires sobre a "terra de ninguém" na bacia do Sever.
/ Visual domain of the line of menhirs over the "land of nobody" in the Sever basin.

10. Cidade romana de Ammaia com Marvão ao fundo. / The Roman city of Ammaia, seeing Marvão on the horizon.

por mosaicos, conjuntamente com armazéns, moinhos e termas assinalam a riqueza que os romanos souberam retirar dos solos agora por eles ocupados. No Vale da Aramenha, junto a Marvão, em terras pesadas e férteis e onde a água abunda, pelos inícios do século I, os Romanos instalaram uma nova cidade, Ammaia se chamava. Mais do que um grande centro cosmopolita, reconhece-se hoje que Ammaia terá sido uma cidade de lazer, satélite da grande Mérida. Aqui, construíram os emeritenses as suas casas de veraneio. Para aqui acorreriam os romanos endinheirados nos implacáveis estios, em busca da sombra e da água, que a grande

cidade do interior não propiciava. Aqui, na Ammaia, bordejada pelo rio Sever e abastecida por, pelo menos três nascentes que os romanos souberam conduzir até ao centro da cidade, assistiam a espectáculos teatrais tendo como cenário o brutal acidente que sustenta hoje Marvão. Os influentes e poderosos togados que veraneavam em Ammaia rapidamente a transformam política e arquitectonicamente. Pouco tempo depois da sua fundação, ao tempo de Cláudio, recebe a categoria de *Civitas*, alguns anos depois, já com Nero senhor de Roma, ascende a *Municipium*. O território que administrava seria amplo. O seu limite ao norte terminaria no Tejo, para oriente confrontava com o de Cáceres, para ocidente espraiava-se até ao Rio Sor e o vale do Guadiana limitava-o a sul. Sob o poder dum exército bem organizado o Município Ammaiense aglutina e funde política e administrativamente os ancestrais territórios, mas as culturas próprias teimaram em perdurar.

5. OS TEMPOS MEDIEVAIS E AS NOVAS FRONTEIRAS

Pelo século VI, com a decadência da estrutura política romana, assiste-se, na área da Serra de S. Mamede a um enxameamento de pequenos núcleos habitacionais implantados em zonas bem disfarçadas na paisagem. A instabilidade que se vive desde o século V até praticamente à época da Reconquista Cristã terá contribuído para essa nova reorganização na ocupação do território. Múltiplos pequenos núcleos, mais ou menos urbanizados, atribuíveis à Alta-Idade-Média espalham-se, sobretudo, por entre os grandes afloramentos graníticos. Com a desorganização da estrutura comercial e social romana estas pequenas comunidades, mais ou menos cristianizadas, sobrevivem alicerçados numa economia fechada, assente na agricultura e na pastorícia.

A islamização desta zona da península não se faz esperar. As velhas e arruinadas estruturas da cidade de Ammaia e a defensável crista quartzítica que junto se ergue não são alheadas pelos seguidores de Alá. Reconhece-se hoje como seguro que a mais antiga referência escrita relacionada com Marvão é a crónica de Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, datável do século X, onde se lê: ... o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia de Ibn Maruán é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas, situada sobre o Rio Sever.



Como nos diz o seu autor, nesse mesmo texto, provavelmente baseado em crónicas dos finais do século IX sobre as actividades bélicas de Ibn Maruán, existiria uma *Fortaleza de Ammaia-o-Monte*. Esta fortaleza de que fala a referida crónica poderia ser conotada com a torre árabe que se levanta sobre um dos torreões defensivos da porta Nascente da cidade de Ammaia, contudo, nem as ruínas de Ammaia estão implantadas num monte, nem esta torre ofereceria a capacidade defensiva que Ibn Maruán procurava. O ambiente de conflitualidade gerado pelas manifestações autonómicas do muladí Ibn Maruán, obrigá-lo-iam a procurar refúgios com capacidades defensivas que o vale da Ammaia não oferece. Parece, assim claro, que o monte sobranceiro ao Sever, nas imediações da *Amaia-das-Ruínas*, é o que hoje sustenta a Vila de Marvão e que recebeu o nome daquele que aí mandou construir uma fortaleza nos finais do século IX. Pelo menos nessa data, e baseados, unicamente, na documentação escrita, poder-se-á afirmar que no cerro de Marvão foram levantadas estruturas defensivas. Passados os períodos de maior instabilidade, marcados pela desagregação do império romano e da chegada dos bárbaros, com o domínio islâmico a paisagem humana desta região assiste a outra viragem. Os pequenos núcleos urbanos sem sistemas de defesa que se constituíram com a desorganização da estrutura romana encontram na nova fortificação fundada por Ibn Maruán, no cimo da defensável crista quartzítica, a segurança necessária em caso de conflito. Marvão passa a ser o principal epicentro de protecção desta

região, dominando uma vasta região, provavelmente a mesma que configurava o romano município Ammaiense.

Entre 1160 e 1166 Marvão terá passado para o controlo das gentes de Afonso Henriques. Nada nos informa se esta passagem resultou de um assédio por parte dos cristãos aos que fiéis a Alá viviam no alcandorado morro refortificado em 877 por Ibn Maruán. Provavelmente os seguidores de Maomé terão abandonado pacificamente o morro e pouco tempo depois, Afonso Henriques, entrega estas terras à gestão dos monges-cavaleiros do Templo. Marvão, fazendo agora parte da Monarquia Portuguesa, de imediato passa a ocupar lugar de relevo na administração militar e política da vasta região a sul do Tejo. A sua importância resultaria, naturalmente, da sua estratégica posição no topo de uma inacessível crista quartzítica mas, também, de uma velha tradição administrativa que entroncava no vasto território tutelado pela cidade de Ammaia, situada a escassas centenas de metros da vila de Marvão. Embora não conheçamos em pormenor os limites administrativos do “Municipium Ammaiense”, sabemos que eles eram amplos e, provavelmente, vieram a reflectir-se na carta de demarcação do termo de Marvão que lhe foi outorgado por D. Sancho II, em 1226. Se não existisse ainda essa memória territorial dificilmente poderíamos entender os limites apresentados pelo documento medieval. Se bem verificarmos, a cidade de Ammaia situa-se no centro deste vasto território. Parece, então, que a demarcação medieval do território de Marvão terá seguido uma tradição centenária, deli-



11. Inscrição árabe da Serra de S. Mamede – Museu Municipal de Marvão. / Arabic inscription in S. Mamede Mountain - Municipal Museum of Marvão.

12. Marvão.



13. Tomada de Marvão por Afonso Henriques. / *Conquest of Marvão by Afonso Henriques. Tapeçaria de / Tapestry by Guilherme Camarinha (1912-1994), Manufatura de Tapeçarias de Portalegre.*

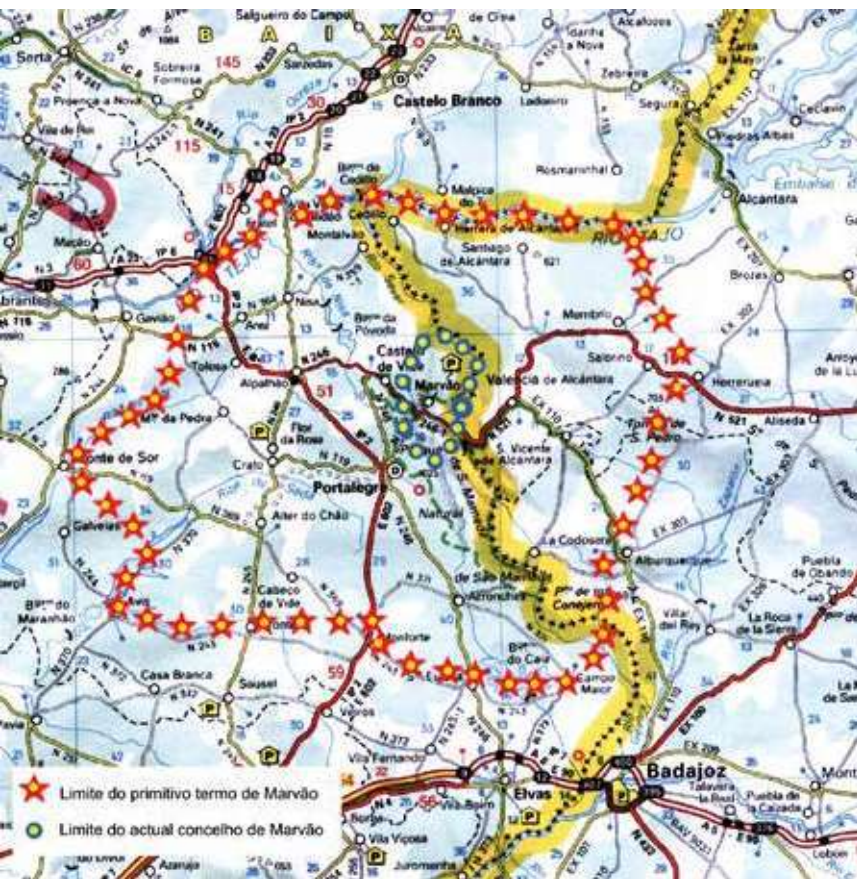


mitada ao tempo em que a cidade de Ammaia dominava esta região.

O vasto território, como se lê no documento citado por Laranjo Coelho, abarcava praticamente todo o actual distrito de Portalegre e uma larga faixa de território da vizinha província de Cáceres, até bem perto de Malpartida de Cáceres. O limite norte era demarcado pelo Rio Tejo, desde a foz do Ocreza (foz oclesa),

passando pela Amieira (ameiram). A ponte o limite seria o rio Sor ou, mesmo a Ponte de Sôr (Sonor) e depois passaria por Seda, ou pela ribeira de Seda (seda). A Ribeira Grande seria outro limite e, naturalmente a zona de Fronteira, cujo topónimo assim o determina. O limite passaria por Assumar (asiima ou asuma), daí seguiria para Campo Maior (castellum de monte maiori), passando a Oguela (ugela). A linha de limite entraria no rio Xévora (seuera) e daí seguiria perto de Albuquerque, na zona de (daroches), infletia para o planalto de El Palancar (planum de alpalancer) até à cumeda da Serra de S. Pedro (serra de sancto petro quae vertente aquas). Da Serra de S. Pedro, a meio caminho de Cáceres, a linha de limite do território seguia para norte, em direção ao Rio Tejo (directum ad tagum). Assim se lê no referido documento, que se conserva na Torre do Tombo. (Coelho, 1924, 58-59)

14. Limites do concelho de Marvão em 1226. / *Limits of the Municipality of Marvão in 1226.*

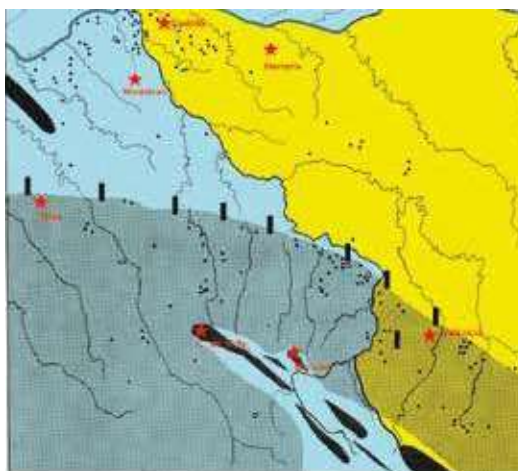


6. DA FRONTEIRA CONTRA-NATURA DE 1297 AO ACORDO DE 1313

Terminados, nesta zona, os conflitos da Reconquista começam-se a esboçar os contornos de outros municípios e a definir as fronteiras entre Castela e Portugal. Em 1267, a 16 de Fevereiro, sob o patrocínio dos reis Afonso XI, de Castela e Afonso IV, de Portugal e sob pressão das poderosos ordens militares que disputavam o território, promovem-se encontros entre os “homens bons” das duas terras para a demarcação do limite territorial entre Valência e Marvão, implantando e gravando, para esse fim, marcas territoriais. Dessa demarcação ainda hoje se conhecem gravações em rochas naturais, sensivelmente coincidentes com a actual fronteira. Esboça-se, nesta data, a fronteira que hoje conhecemos

e que com o Tratado de Alcanices, em 1297, confirmou e definiu praticamente todo o limite fronteiro entre os dois reinos. O Tratado de Alcanices, assinado a 12 de Setembro de 1297 pelos reis D. Dinis, de Portugal e Fernando IV, de Castela fez perder, de imediato, a parte do território hoje espanhol até aí incorporado no concelho de Marvão. Desse tratado resultou a definição da fronteira entre Portugal e Castela que em grande parte ainda hoje se mantém.

Ainda que esta divisão política entre os dois estados tivesse resultado não tanto de decisões tomadas na corte, mas mais da vontade das gentes de Valência e Marvão, muito pressionadas pelas ordens religiosas que disputavam os territórios a sul do Tejo, rapidamente ambas as comunidades se aperceberam que desta fronteira resultavam fortes constrangimentos às ancestrais relações de proximidade entre as comunidades estabelecidas em ambas as margens do Rio Sever. Assim, logo em 1313, dezasseis anos após o Tratado de Alcanices, estas gentes sentem necessidade de reabrir a fronteira que impedia a livre passagem de pessoas e bens como desde, pelo menos, o 6º milénio antes de Cristo acontecia. Assina-se então nesse ano um compromisso entre as gentes de Valência e Marvão, multiplamente ratificado até 1868, que permitia a quase livre circulação de pessoas e bens entre os dois concelhos. Constatava-se, assim, nesse longínquo ano de 1313, quão contra-natura era esta fronteira desenhada sobre o curso do rio Sever que sempre uniu as pessoas que dele dependiam. Os “Homens-bons” de Marvão e Valência de Alcântara assinam, assim, com a concordância régia dos dois lados, um tratado no qual se regulamentavam as relações entre os povos das duas terras vizinhas, mas incorporadas em estados distintos e separadas por uma fronteira política. Este acordo de boa vizinhança veio, ao longo dos séculos, a ser continuamente ratificado e actualizado. Destas ratificações conhecem-se as datadas de 22 de Setembro de 1519, de 12 de Setembro de 1537, a de 23 de Setembro de 1585, a de 23 de Novembro de 1682 e a de 16 de Junho de 1868. Pela leitura destes documentos observa-se como as relações entre os dois vizinhos concelhos, ainda que incorporados em países distintos, não diferiam, e por vezes até eram mais permissivas, por exemplo, do que as normas que

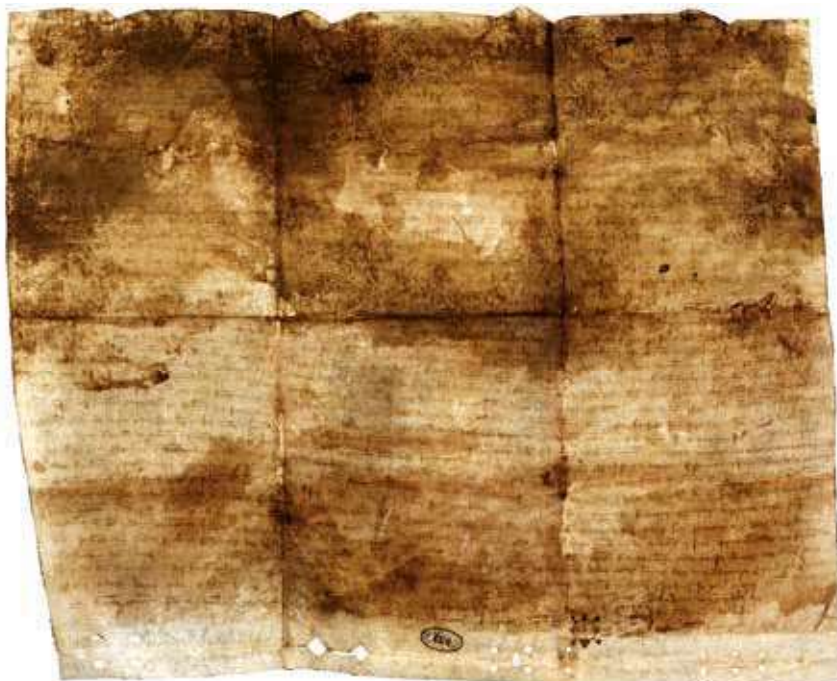


15. Fronteira entre o Tejo e a Serra de S. Mamede após o Tratado de Alcanices. / *Frontier between the Tagus River and S. Mamede Mountain after Alcanices Treaty.*

regiam as relações entre Marvão com Castelo de Vide. Esta boa vizinhança, a sua proximidade e sobretudo as relações familiares existentes entre Valência de Alcântara e Marvão, com base nos documentos referidos, conseguiram, ao longo de quase setecentos anos de história conjunta, diluir os normais constrangimentos que qualquer fronteira política impõe. Parece ser o Rio Sever e os seus recursos o principal factor de união entre estas gentes. Mais do que demarcar dois estados o rio gerou um único povo.

A singularidade e força destes acordos conseguiram ultrapassar as frequentes contendas bélicas que, ao longo da história, opuseram

16. Tratado de abertura de fronteiras entre Marvão e Valência de Alcântara datado de 1313 (ANTT). / *Treaty of the opening of frontiers between Marvão and Valência de Alcântara, dated from 1313 (ANTT).*





17. Castelo de Marvão. /
Marvão castle.

Portugal e Castela. Mas estas contendidas decididas nas respectivas e longínquas cortes nunca conseguiram destruir a irmandade das gentes de Valência e Marvão. A testemunhar essa fraternidade e consanguinidade encontramos-as ao longo dos seculares Registos Paroquiais, sobretudo nos assentos de casamento, onde, claramente, se observa a constante troca de genes entre gentes de Marvão e Valência. Essa irmandade encontra-se, também e ainda

18. Fortificações da bacia do Sever em 1644. /
Fortifications in the Sever basin in 1644.



hoje bem presente, nos antropónimos, no vocabulário e sobretudo na hospitalidade recíproca das duas terras. Haverá que reconhecer que o período em que a fronteira de facto existiu e mais se fez sentir, foi o que correspondeu ao tempo das ditaduras de Franco, do lado de Espanha, e Salazar, do lado de Portugal, mas que as gentes de Marvão e Valência sempre souberam ultrapassar. Mas este temporário estrangulamento à passagem de gentes e bens parece que ainda mais estimulou e reforçou os ancestrais laços existentes. Prova dessa união foi o acolhimento, que sem olhar a cores partidárias, as gentes de Marvão sempre souberam dar aos que do lado de Espanha, durante a fratricida Guerra Civil, procuravam refúgio do lado de Marvão. Mas a férrea fronteira que se instala durante a maior parte do século XX estimulou outra economia, ainda que paralela, o contrabando, promovendo o desenvolvimento económico de ambas as regiões.

Se do ponto de vista social, económico, linguístico e até religioso a comunhão entre Valência e Marvão é profunda e milenar, os respectivos interesses políticos dos países a que pertencem obrigaram à fortificação de ambas as praças. Na verdade, se Marvão já possuía, pelo menos desde o século IX, uma estrutura defensiva a coroar a crista quartzítica onde se implanta, ela reforçou-se, por ordem régia, numa primeira fase, como forma de evidenciar a identidade nacional face aos vizinhos de Castela. Esses, não querendo ficar atrás, imitaram os de Marvão e Valência acastelou-se e envolveu-se por muros. Sempre que as respectivas coroas e, demasiadas vezes o fizeram, entravam em conflito, ambas as povoações reforçaram os seus sistemas defensivos sendo, nos dois casos, os mais significativos os que ocorreram a propósito da denominada Guerra da Restauração. De facto, na segunda metade do século XVII, Marvão e Valência reforçam, com baluartes, as respectivas linhas de muralhas que ainda hoje marcam as duas silhuetas urbanas. Contudo, e enquanto os muros se alteavam, as gentes de Marvão e Valência continuavam, sazonalmente incólumes, a apascentar os seus gados nas terras uns dos outros, os rodízios dos moinhos do Sever a moer o pão de ambos e a irem às igrejas de uns e outros pedir a bênção para as respectivas bodas. Pelo que acima se evidencia



a fronteira da região entre o Tejo e a Serra de S. Mamede, demarcada em Alcanices, em 1297, maioritariamente coincidente com o curso do Rio Sever, é uma fronteira completamente contra-natura e ao arripio das ancestrais organizações territoriais, definidas por distintos ecossistemas gerados por condicionantes geomorfológicos, reconhecidas desde, pelo menos, os alvares da neolitização. Nesse longínquo 6º milénio a.C., como os testemunhos arqueológicos assim o provam, as terras graníticas de Valência, Marvão, Castelo de Vide e Nisa encontravam-se delimitadas a norte por uma linha de menires implantados transversalmente à actual fronteira política e que separava estas terras de agricultura dos campos secos de xisto que bordejam o Tejo, onde outra estrutura socioeconómica mais deficitária se mantinha, baseada, essencialmente, na caça e na pastorícia.

A fronteira que Alcanices impôs em 1297, completamente contra-natura, secciona transversalmente os ancestrais territórios que as primeiras comunidades agro-pastoris definiram nesta região e que, a partir deles, estruturaram todas as relações socioeconómicas ao longo de milénios. Esse relacionamento é ainda hoje bem evidente na proximidade social das gentes de Montalvão com as de Cedillo e Herrera, ou entre as gentes de Marvão com as de Valência, do outro lado do Sever. Como contraponto e,

provavelmente alicerçado nos ancestrais territórios e respectivas culturas, contata-se um estranho afastamento sócio-cultural das gentes de Valência em relação às de Herrera e Cedillo, ou um marcado distanciamento social dos de Marvão com os de Montalvão, ainda que, teoricamente, sejam compatriotas e falantes da mesma língua.

Nota: Bibliografia no final da tradução.

JORGE DE OLIVEIRA, indígena de Marvão, é Professor Associado com Agregação da Universidade de Évora, aí coordena a área de Arqueologia e dirige o Doutoramento de Arqueologia. É autor de mais de 300 títulos de estudos científicos onde se destacam as temáticas do Megalitismo, Arte Rupestre, Arqueologia Judaica e Arqueologia da Pena de Morte. É director e fundador do Museu Municipal de Marvão, director e fundador da Revista Ibn Maruán e foi fundador do Campo Arqueológico da Cidade de Ammaia e do seu museu.

19. Marvão abaluartado visto de Norte (Foto C. M. de Marvão). / *Bulwarked works in Marvão, seen from the North.*

20. Marvão abaluartado visto de Sul (Foto C.M. de Marvão). / *Bulwarked works in Marvão, seen from the South.*

Jorge de Oliveira*

1. TERRITORIES AND BORDERS

All animals, using different means, mark their exploration territories and humans are no exception. Since the most ancient times, still during the hunting/gathering societies, humans would already mark their resource gathering spots. Testimonials of such ancient markings have lived to see today and some rock art is a clear example of territorial signals.

After the final ice period, humans take on a more sedentary lifestyle and the investment in the domestication of land naturally leads to a greater sense of ownership over the territory, into which he has put some effort. Marking and limiting what he considers his own gradually takes on a greater relevance. The ancient natural resources gathering territories now grow with the spaces where humans have invested force and time, deforesting clearings for agriculture and husbandry. Of course, the greater the investment, the greater the sense of ownership over the respective territories. It will be with the emergence of the Neolithic period that the appropriation of the land and its consequent marking and demarcation assume admittedly timeless characteristics. The most evident sign of the appropriation of spaces is processed, almost in all communities, with the monumentalisation of death. The so-called "town of the dead", with a greater or lesser degree of monumentalisation, have assumed and continue to assume the strongest sense of human connection to a space and its consequent appropriation. If the necropolises are par excellence the central marker of a group's property, where their ancestors remain, also since ancient times humans have also tried to demarcate the limits of the territories that they consider their own, in order to inform and to intimidate the others that might arrive. Natural landmarks, such as rocky formations well emphasised on the landscape, water courses that are difficult to cross, ridges, trees with a significant size and, when necessary, reinforced with the construction of man-made beacons, or by the graphic reinforcement of natural accidents, of serves man's purpose to inform others that that space had an owner, or owners.

The wall, the erected stone or wood, the engraved or painted symbols on rocks or trees, the symbolic positioning of objects or artefacts in passages, all has served man's purpose to limit the space he considers his own. As the investment in the land increases, the greater the effort to mark and supervise the land. Gradually, during the appropriation process, humans establish watch and surveillance

posts over what they consider to be their own. Watchtowers in high places emerge within the limits of territories, walls enclose the spaces of life and death, intervisibility and communications increasingly assume a determining role in the demarcation of territories. These will mainly be the natural places of passage, the so-called ports, or gates that will receive more attention from those that take over the land. Men and animals will need to travel through these places, and it will be there that those who consider themselves the owners of the territory will concentrate more control. These are places of vital importance for the safeguarding of property.

Those who control the passages control the territory.

When the population density is reduced and doesn't allow for an efficient and ongoing presence, the strategy for the control and defence depends on man-made physical obstructions of the passage, or psychological intimidation. Artificial barriers, like stone walls or wooden fences, try to strangle the passages. Alternatively, or complementarily, the psychological effect may dissuade those coming from the outside. Markings, signs, or negatively charged objects explicitly inform others that from that point onwards the territory has owners. Singular and notable natural accidents were, millenarian and continuously, used as territorial markers. But, when the limit of territories is exaggeratedly natural, another elements are imposed on the landscape, and more perennially so. Stone markings, erected on the landscape, larger or smaller, were and continue to be the most recurrent option for humans to mark the spaces they perceived as their own or as belonging to their group.

2. THE MEGALITHIC TERRITORIES OF THE MARGINS OF THE RIVER SEVER

The considerations presented on this paper try to understand the historical reasons for the greater or lesser social proximity of neighbouring communities, which were, nevertheless and throughout history, have been interspersed by distinct border lines. This reflection focuses on the territory between the Tagus and Serra de S. Mamede, especially the zone drained by the Sever River, a region that is quite diverse in geomorphological terms, limited to the south by the quartzite crests of Serra de S. Mamede and to the north by the shale that borders the Tagus River. In orographic terms, the Sever basin may be divided into four regions. To the south, the mountainous zone, is marked by heights from 500 to 1025 meters. It is characterized

by predominantly steep schist and quartzite slopes, covered by forest. Soils are essentially of class E. Mid-slope, characterized by softer slopes, one finds mainly granites. In it there are small patches of Class D soil and narrow strips of Class C soil, especially on the banks of the river and some streams, interspersed by large areas with no agricultural value. In the areas lower than 300 meters, non-humic littoral soils that characterize the mid-slope are left behind and we encounter the lithosols of schist and greywacke that extend in a peneplain until the bank of the Tagus River, where the heights that range from 300 to 250 meters suddenly drop to one hundred meters on the banks of the great river. The peneplain makes room for slopes of marked inclines of essentially skeletal soils cut by narrow strips of land still with some agricultural skills. The archaeological studies that we have been conducting in these regions for several decades now allow us to understand that from the beginning of the Neolithic period, when man gradually moved to a producing economy, two territories start to be sketch out where human communities were established and where different economies were developed, a consequence of the ecosystems found there.

Throughout the sixty-three thousand meters of the course the Sever River and on the four hundred fifty square kilometres that its hydrographic basin occupies, although we don't clearly know the testimonials of the settlement of the first agro-pastoral communities, we are familiar with their funeral structures well enough because these were much more monumental than their habitats. Here we identified about one hundred and fifty megalithic graves that are clearly divided into two megalithic sections, one mid-slope, on predominantly granite terrain, and another, more northward, on the banks of the Tagus, on schistose soils.

By observing the distribution of the megalithic graves, taking into account the soil anatomy of the region, we verified that most of the monuments, whether in shale or granite, were implanted in soils currently classified as class D. In class E soils another important set of Megalithic graves was implemented. In class C soils, therefore with better agricultural aptitudes, only two monuments were constructed. The non-occupation of heavy soils by the builders of megaliths seems to be a constant in the area under appreciation. Granitic and schist non-humic littoral soils on the banks of Tagus seem to have been preferred. Although today the soils on the banks of the Tagus are classified as skeletal and without any agricultural aptitude, prior to the intense wheat campaigns



promoted in the 1940s and 1950s, they still had some arable soil potential, thus probably increasing the area of Class D soils. Although in Spain similar cereal crops occurred at the same time, they did not reach the proportions observed in Portugal. Some of today's skeletal soils would have, in previous times, far superior potential, which would enable a plant cover somewhat different from what the one existing today.

As we have seen in Sever's hydrographic basin, two separate Megalithic sections can be found. If through the general geographical positioning these two megalithic sections are easily detectable, they become even more evident when we project their location on a geological or soil chart. To the south, in the non-humic lithographic soils of granites and related rocks the monuments obtained from blocks of granite are concentrated. To the north in the lithosols of schist or greywacke the small graves built by slates of schist can be found.

The separation line between granites and schist forms an authentic border between two Megalithic groups found within the basin. If this observation alone is noteworthy, its continuity beyond the area under study gives it even greater importance. Looking at the general distribution chart of megalithic graves in the Northeast of Alentejo and Northwest of Spanish Extremadura, the line of contact between granites and schist seems to clearly limit two megalithic groups that are not isolated only in terms of raw material and corresponding architectural specificity. The diversity of the two groups is well observable in both architecture and ritual monuments.

The distinct geological complexes that characterise the area being studied, associated with the orographic and consequently climatic aspects that are projected in the specific flora and fauna characteristics of each one of them, must have conditioned the two economies that seem to correspond respectively to the two different megalithic sections isolated in the interior of the Sever basin. In the more mountainous area, above 600 meters, there are no megalithic monuments. In the granitic mid-slope, mainly near the contact line with the shale, the granitic monuments are found. When we enter the lithosols of shale from the Salão Chão area, the megalithic tombs are not recorded, and occur again in the vicinity of the mouth of the Tagus. A wide range of plots, currently listed as class E, therefore without agricultural aptitudes, separates the two megalithic sections. This Megalithic no-man's land also seems to have been so throughout history

because the presence of testimonies from more ancient times is also greatly reduced.

Therefore, two Megalithic groups are separated in architectural, orographic, geological, fauna and flora terms, which may correspond to different structures communities in different ecosystems. In the south zone, mid-slope, where the Atlantic-like microclimate softens the thermal amplitudes that punish the other region, an exuberant flora still flourishes and probably flourished then and was also inhabited by multiple game species. This granitic corridor, abundant in water, would facilitate the exploration of the small but fertile valleys in the outskirts of the forest, seems to have offered a set of exceptional conditions for the development of a mixed economy in which agriculture / horticulture is associated to the exploitation of the resources supplied by the forest, both in terms of hunting and in terms of husbandry. This rich and diversified economy, which generated surplus, should partly explain the energy invested in the monumentality and richness of the votive furniture of the Megalithic period of this group, characterized by large graves and rich collections.

Further north, where the thermal envelopes of the Mediterranean climates are felt and where the almost skeletal soils drained by seasonal water streams do not facilitate their exploitation in agricultural or forestry terms, the populations seem to have been pushed towards the great River, leaving a wide strip of land, sometimes over twelve kilometres, without any human occupation. This no-man's land, which on the Portuguese bank is locally called Chão Salgado, has similar characteristics on the Spanish bank and separates both Megalithic groups. If the southern communities living on the edge of the forest seem to have found their food supplement through hunting, the northern ones will have sought out at the Tagus River and the mouth of the Sever River for the nutritional supplement that the small valleys with reduced agricultural potential were not able to provide. Two communities exploiting different resources, providing unequal surpluses that would condition different social structures, in different geological environments, should, in addition to other consequences, produce different rituals and architectural discourses. This diversity seems to be reflected, independently of the questions that arise with its contemporaneity, in different attitudes towards death, demonstrated in architectural and ritual terms.

As comprehensive as an archaeological survey is, it can never be fully completed, the several

prospections carried out on both banks, but mainly on the Portuguese, failed to reveal in this no-man's land, another Megalithic grave apart from the one we recently recorded near the Sardinha geodesic landmark. As mentioned earlier, the territory separating both Megalithic sections not only doesn't have any great farming potential and is drained by a reduced number of water courses, most of which are seasonal, giving it very particular environmental characteristics, does not appear to present sufficiently strong reasons to justify the absence of human occupation or, at least, the absence of megalithic manifestations. This division becomes more understandable with the overlapping of the charter of known menhirs in the area being studied over the charter of the megalithic graves. By matching these two charters, we immediately realise that the main menhirs are implanted exactly along the line of contact between the granites and the schist, forming a border line.

3. A BORDER OF MENHIRS

The largest menhirs of this region are found in the northern boundary of the granitic megalithic section, probably working as territorial milestones. We know today that the menhirs are substantially older than most megalithic tombs, which in most cases can reach 2000 years, thus tracing menhirs to the early Neolithic period. We can thus demonstrate that the architectural and ritual differences of the two funerary megalithic groups appear to have older roots, witnessed by the line of menhirs superimposed over the border separating the granites from the schist.

Different aspects separate both Megalithic sections, which seem to reflect distinct economic and social structures that probably were the motives behind conflicts that the no-man's land and the visual domination of menhirs seem to confirm, together with evidence of deep trauma caused by sharp and perforating objects detected in the bones found in our excavations. In addition to the phallic symbolism of practically all menhirs, they seem to form a network of delimiting landmarks of the territory with greater economic resources, bearing witness to the architectural monumentality and number and richness of the funeral estate. Therefore, a border line is established and guided, broadly speaking, from the east to the west, extending at least from Serra de S. Pedro, already overlooking Cáceres, transversally cutting through the course of Sever River and goes to the west of Nisa. Therefore, since at least the 6th millennium BC, two territories have been established where two communities

have developed that have pursued distinct economies, which produced different behaviours towards death, and that apparently did not co-exist very peacefully, judging from the deep trauma seen in bone remains.

4. FROM THE FORTIFICATION OF TERRITORIES TO ROMANISATION

When the orientalisising influences begin intensifying and metallurgy appears in this area of the Iberian Peninsula the communities that, until then, had settled in low altitude habitats now looked for higher and naturally protected heights. The settlements overlooking the Sever River are left behind and the hilltops begin being fortified. From the end of the Chalcolithic period until the arrival of the Romans strategic points of the main crest line become spaces of human life. The Castle of Vidago (Vidais), the ones of Corregedor, Crença, Del Jardinero, Castelo Velho do Sever, Aguas Blancas and Sr^a da Graça bear witness to these troubled times that were experienced on the banks of the Sever, originating from the dispute over the best land and mines. One or more wall lines envelope these habitats. Square, or round, houses, probably once covered in broom, are attached to each other, making the best use of the limited space that the walls protected, but if we observe the territory, most of these fortified settlements are located at the border of the granite section, to the north of the Serra de S. Mamede. The crest lines that support Marvão, Castelo de Vide, Valência de Alcântara, Herrera and Albuquerque seem to be inserted in this type of strategy that the communities of the second Iron Age adopted at the slopes of Serra de S. Mamede.

After the Romans arrive, a new page begins being written for this region. The communities that survived in the cliffs return once again to the valleys, mostly due to the force of weapon than by their own volition, as the archaeological vestiges show, the fortified habitats of the Iron Age succumb and the land with more agriculture potential start being intensely farmed. Different villae and farm houses redesign the landscape between Serra de S. Mamede and Tagus's Valley. More or less fastous farm houses, sometimes covered in tiles, together with warehouses, mills and thermal baths, point out the wealth that the Romans knew how to extract from the soil now occupied by them. In the Vale da Aramenha, near Marvão, in heavy and fertile lands, where water abounds, in the beginning of the first century, the Romans installed a new town, Ammaia. More than a great cosmopolitan centre, it is recognized today that Ammaia would have been a leisure

town, a satellite of the great Merida. Here, the people from Mérida built their summer houses. The Romans with money would run here during the relentless summers, looking for shade and water, which the great inland town didn't have to offer. Here, at Ammaia, bordered by the Sever River and supplied by at least three springs that the Romans were able to lead until the centre of the town, they would watch theatrical spectacles taking as a scenario the brutal accident that sustains Marvão today. The affluent and powerful robed individuals that spent their summers in Ammaia quickly transformed it, both politically and architectonically. Soon after its foundation, during Claudius' reign, it is awarded with the category of Civitas and, some years later, already as Nero as the emperor, it raises to Municipium. The territory the town administered would be ample. Its boundary to the north would end in the Tagus, to the east it confronted that of Cáceres, to the west it spread to the Sor River, and the valley of the Guadiana would limit it to the south. Under the power of a well-organised army, the Ammaiense Municipality politically and administratively aggregates and fuses the ancient territories, but the cultures were persistent in lingering on.

5. THE MEDIEVAL TIMES AND THE NEW BORDERS

On the 7th century, following the downfall of the Roman political structure, one sees, in the area of Serra de S. Mamede, a swarming of small housing nuclei implanted in areas camouflaged by the landscape. The instability experienced from the 5th century until practically at the time of the Christian Reconquista probably contributed to this new reorganization in the occupation of the territory. Several small nuclei, more or less urbanized, attributable to the High-Middle Ages, are spread mainly among the great granite outcrops. With the disorganization of the Roman commercial and social structure, these small communities, more or less Christianized, survive based on a closed economy, which relies on agriculture and animal husbandry.

The islamisation of this area of the Peninsula will arrive soon. The old and ruined structures of the town of Ammaia and the defensible quartzite crest rising nearby are not ignored by the followers of Allah. It is now recognized that the earliest written reference to Marvão is found on the chronicle of Isa Ibn Ahmad ar-Rázi, dating back to the tenth century, which reads: ... the Mount of Amaia, known today by Amaia of Ibn Marwan is a high and impregnable hill, to the east of the

town of Amaia-das-Ruínas, situated on the Sever River. As the author says, further on and probably based on chronicles from the late 9th century on the war activities of Ibn Maruán, a Fortress of Ammaia-o-Monte would exist. This fortress, mentioned in such chronicle, might be connoted with the Arab tower that rises on one of the defensive turrets of the eastern gate of the town of Ammaia, nevertheless, neither the ruins of Ammaia are implanted on a hill, nor this tower would offer the defensive capacity which Ibn Marwan sought. The atmosphere of conflict generated by the autonomous claims made by muladi Ibn Maruán would force him to look for refuges with defensive capacities that the valley of the Ammaia does not offer. It seems therefore clear that the hill overlooking Sever, near Amaia-das-Ruínas, is the one that today supports the Village of Marvão, which was named after the one who ordered the construction of the fortress at that location on late 9th century. At least on that date, and based solely on written documentation, it can be argued that defensive structures were erected on the hill of Marvão. After the periods of greater instability, marked by the disintegration of the Roman Empire and the arrival of the barbarians, under Islamic rule the human landscape of this region witnesses another turn. The small urban nuclei without defence systems that were constituted following the disorganization of the Roman structure found, on the new fortification founded by Ibn Maruán, at the top of the defensible quartzite crest, the necessary safety in case of war. Marvão becomes the main epicentre of protection in this region, dominating a vast region, probably the same that formed the Roman Ammaiense municipality.

Between 1160 and 1166, Marvão begins being controlled by the people of Afonso Henriques. We have no information as to this passage was the result from a siege laid by Christians to the Moors that lived on the hill, refortified in 877 by Ibn Maruán. Quite probably, the followers of Muhammad peacefully left the hill, and shortly after, Afonso Henriques delivers these lands to the management of the warrior monks of the Temple. Marvão, now part of the Portuguese Monarchy, immediately became of paramount importance in the military and political administration of the vast region south of the Tagus. Its importance naturally comes from its strategic position at the top of an inaccessible quartzite crest, but also from the old administrative tradition that connected the vast territory ruled by the town of Ammaia, located a few hundred meters away from Marvão. Although we do not know in detail the administrative boundaries

of the “Municipium Ammaiese”, we know that they were ample and probably reflected in the charter letter of Marvão that was granted by D. Sancho II in 1226. If territorial memory didn't exist, we could hardly understand the limits presented by the medieval document. If we observe carefully, the town of Ammaia lies at the center of this vast territory. It seems, therefore, that the medieval demarcation of the territory of Marvão followed a centuries-old tradition, delimited to the time when the town of Ammaia dominated this region.

The vast territory, as may be read in the document quoted by Laranjo Coelho, practically envelopes the entire current district of Portalegre and a wide strip of territory in the neighbouring province of Cáceres, quite close to Malpartida de Cáceres. The northern limit was set by the Tagus River, from the mouth of Ocreza (foz oclesa), passing through Amieira (ameiram). To the east, the limit would be Sor River or even the Bridge of Sôr (Sonor) and would then pass by Seda or ribeira de Seda (seda). Ribeira Grande would be another limit and naturally the Border area, as the name determines. The limit would pass by Assumar (asiima or asuma), from there following to Campo Maior (castellum de monte maiori), passing by Ouguela (ugela). The limit line would enter the Xévorá (seuera) River and from there on to near Albuquerque, at the area of (daroches), turned to the plain of El Palancar (planum de alpalancar) to the crest of Serra de S. Pedro (serra de sancto petro quae vertente aquas). From the Serra de S. Pedro, halfway to Cáceres, the limit line would continue to the north, toward the Tagus (directum ad tagum). This is the information found on the document, which is maintained at Torre do Tombo (Coelho, 1924, 58-59).

6. FROM THE 1297 COUNTER-NATURE BORDER UNTIL THE AGREEMENT OF 1313

After the conflicts of the Reconquista were over at this area, the contours for other municipalities begin being defined and the boundaries between Castile and Portugal are also being defined. In 1267, on 16th February, under the patronage of King Afonso XI of Castile and Afonso IV of Portugal and under pressure from the powerful military orders that disputed the territory, meetings were held between the “homens bons”¹ of both lands to mark the territorial boundary between Valencia and Marvão, establishing and recording, for this purpose, territorial milestones. From such demarcation,

¹ Translator's note: Designation given to villagers of a certain social standing, who either owned land or other property or who were not manual labourers.

engravings in natural rocks have arrived to our days, roughly coincident with the current border. The border that we know today is outlined back then and that the Treaty of Alcanices in 1297 confirmed and practically defined the entire border between both kingdoms. The Treaty of Alcanices, signed on 12th September 1297 by the King D. Dinis of Portugal and Fernando IV of Castile, immediately lost the part of the today Spanish territory that had been incorporated into the municipality of Marvão. This treaty resulted in the definition of the border between Portugal and Castile, which is still largely the same today.

Even if this political decision between both states resulted not so much from decisions made by the Court, but rather from the will of the people of Valência and Marvão, highly pressured by the religious orders that disputed the territories to the south of Tagus, both communities quickly realised that this border greatly restrained the ancient proximity relations between the communities on both banks of the Sever River. Thus, immediately in 1313, sixteen years after the Treaty of Alcanices, these people felt the need to reopen the frontier that restrained the free movement of people and goods as from at least the 6th millennium BC. A compromise was then signed that same year between the people of Valencia and Marvão, ratified time and time again until 1868, which allowed the almost free movement of people and goods between the two municipalities. One sees, therefore, in the long-gone year of 1313 how counter-nature was the border drawn over the course of the sever River, which always brought the people who depended on it together. The “homens-bons” of Marvão and Valência de Alcântara signed, with royal authorisation from both sides, a treaty that regulated the relations between the peoples of the neighbouring cities, which were incorporated in different states and separated by a political border. This “good neighbourly” agreement was, over the centuries, continually ratified and updated. These ratifications date back to 22nd September 1519, 12th September 1537, 23rd September 1585, 23rd November 1682 and 16th June 1868. After reading these documents, one understands how the relations between the two neighbouring councils, albeit integrates in different countries, were not any different and often even more permissive than, for instance, the rules that regulated the relations between Marvão and Castelo de Vide. This good neighbourhood, their proximity and above all the family relations existing between Valencia de Alcântara and Marvão, based on the mentioned documents, have managed,

throughout almost seven hundred years of joint history, to dilute the normal constraints that any political frontier may impose. Rio Sever and its resources seems to be the main factor for the union between these people. More than demarcating two states, the river created a single people.

The uniqueness and strength of these agreements were able to surpass the frequent war episodes that, throughout History, pitted Portugal and Castile. But these contests, decided in the respective and distant courts, never managed to destroy the brotherhood of the people of Valencia and Marvão. Bearing witness to this fraternity and consanguinity are the centuries-old Parochial Records, especially the marriage records, where, clearly, the constant exchange of genes between Marvão and Valencia people is observed. Such brotherhood is still quite present today in the names of people, vocabulary used and mainly the reciprocal hospitality of both towns. One must recognise that the period in which the border did in fact exist and was enforced the most corresponded to the time of the dictatorships of Franco on the Spanish side and Salazar on the Portuguese side but that the people of Marvão and Valencia always knew how to overcome. But this temporary strangulation to the passage of people and goods seems to have further stimulated and reinforced the existing ancestral ties. Proof of this union was the welcoming that, without even considering sides or partisan colours, the people of Marvão always knew how to give those who, fleeing Spain during the fratricidal Civil War, sought refuge on Marvão's side. But the iron-clad frontier that is established for the most part of the twentieth century stimulated another, albeit parallel, economy: contraband, promoting the economic development of both regions.

If, from a social, economic, linguistic and even religious point of view, the communion between Valência and Marvão is deep and millenary, the respective political interests of the countries to which they belong forced the fortification of both places. In fact, if Marvão already had, at least since the 9th century, a defensive structure topping the quartzite crest where it stood, the town was reinforced, following royal orders and on a first stage, as a way to emphasise our national identity to our neighbours of Castile. The latter, with no intention of being left behind, imitated Marvão and Valência was fortified and surrounded by walls. Whenever the respective crowns – and they did so quite often – went to war, both towns would reinforce their defensive system, the most meaningful being, for both



cases, those that happened after the so-called Portuguese War of Restoration. In fact, during the second half of the 17th century, Marvão and Valência reinforce, with bulwarks, their wall lines, which still mark the urban silhouettes today. As the walls grew taller, nevertheless, the people of Marvão and Valencia continued, seasonally unfazed, to allow their cattle to graze in each other's lands, the casters of the mills of Sever grinding their bread for both and going to the churches of one and other to ask for the blessing of their respective weddings. For all the above, one can see that the border at the region between the Tagus and Serra de S. Mamede, limited in Alcanices, in 1297, mostly coinciding with the course of the Sever river, is a completely counter-nature border, that counters ancient territorial organisations, as defined by different ecosystem created by geomorphological conditionings, recognised since at least the beginnings of the Neolithic period. In the distant 6th millennium BC, as the archaeological evidence proves, the granitic lands of Valencia, Marvão, Castelo de Vide and Nisa were limited, to the north, by a line of menhirs implanted across the current political frontier and that separated these farming lands from the dry shale fields bordering the Tagus, where another poorer socioeconomic structure was maintained, based essentially on hunting and animal husbandry.

The border that Alcanices imposed in 1297, completely counter-nature, transversally cuts the ancient territories in which the first agro-pastoral communities defined in this region and that, from them, structured all socioeconomic relations over millennia. This relation is still quite visible today in the social proximity of the people of Montalvão with the people of Cedillo and Herrera or between the people of Marvão and the people of Valência, across the Sever. As a counterpoint and probably based on the ancestral territories and respective cultures, there is an odd socio-cultural distance between the people of Valencia and the people of Herrera and Cedillo, and a marked social distance from those of Marvão towards those of Montalvão, even if, in theory, they are fellow countrymen and speak the same language.

BIBLIOGRAPHY

- ALARCÃO, Jorge de (1985) - Sobre a romanização do Alentejo e Algarve - A propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto: G.E.A.P., 11.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) - *O Domínio Romano em Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América,
- ARRUDA, A. M. e CATARINO, H. (1981) - Nota acerca de alguns materiais da Idade do Ferro do complexo arqueológico dos Vidais (Marvão). *Clio*. Lisboa, Vol. 3, p. 183-188.
- COELHO, Possidónio M. Laranjo (1924/2001) - Terras de Odiana - Subsídios para a sua História Documentada. Edição fac-simile da edição de 1924. Introdução de António Ventura. *Ibn Maruán* (edição especial). 11.
- DIAS, Ana C.; OLIVEIRA, Jorge de (1981) - *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*. Assembleia Distrital de Portalegre. Portalegre.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra.
- GUERRA, Amílcar (1996) - *Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha: dos antiquários à historiografia actual. A Cidade*. Revista Cultural de Portalegre. 11, p.7-32.
- IMPORTANTES DESCOBERTAS (1979) - Importantes descobertas no povoado da Idade do Cobre de Vidais (Marvão). *Clio*. Lisboa, 1, p. 178-9.
- JALHAY, Eugénio (1947) - Epigrafia amaiense. Contribuição para o estudo da Aramenha romana (concelho de Marvão). *Brotéria*. Lisboa. XLV, 6, p. 615-633.
- MANTAS, Vasco Gil (2000) - A sociedade luso-romana do município de Ammaia. In *Sociedade y Cultura en Lusitania Romana - IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida: Série Estudos Portugueses. p. 391-419.
- Idem (2002) - Libertos e escravos na cidade luso-romana de Ammaia. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 49-68.
- Idem (2003) - Novidades epigráficas de Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão). In *Au Jardin des Hespérides. Histoire, Société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. p. 87-105.
- OLIVEIRA, Jorge de (1985) - O menhir da Água da Cuba - Marvão. In *Actas das 1.as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide. Portalegre.
- OLIVEIRA, Jorge de (1990) - Aspectos do megalitismo no nordeste alentejano. In *Actas do 1º Encontro Regional de História*. Évora: Universidade de Évora.
- Idem (1993) - O rio Sever e as fronteiras no 3º milénio a.C.. In *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*. Câmara Municipal de Vila Velha do Ródão.
- OLIVEIRA, Jorge de; CUNHA, Susana S. (1993-4) - A cidade romana de Ammaia na correspondência entre António Maçãs e Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, vol. XI-XII, p. 103-134.
- OLIVEIRA, Jorge de (1996) - Cidade da Ammaia (Marvão). *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 6, p. 15-22.
- OLIVEIRA, Jorge de; BAIRINHAS, António; BALESTEROS, Carmen (1996) - Inventário dos vestígios arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 6, p. 43-61.
- OLIVEIRA, Jorge de (1998) - *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Ed. Colibri.
- Idem (1998 b) - Antas e menires do concelho de Marvão. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 13-47.
- OLIVEIRA, Jorge de; CUNHA, Susana S.S.S. (1998) - O complexo arqueológico de Vidais na correspondência trocada entre António Maçãs e Leite de Vasconcelos. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 57-85.
- OLIVEIRA, Jorge de (1999) - Cidade romana de Ammaia, S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal. In *II Congresso de Arqueologia Peninsular*. Zamora: Universidade de Alcalá. Tomo IV, p. 129-134.
- OLIVEIRA, Jorge de (2002) - A cidade romana de Ammaia, documentos para a sua história recente. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 11-48.
- OLIVEIRA, Jorge de [et Al.] (2005) - São Salvador da Aramenha. História e Memórias da Freguesia. Jorge de Oliveira (Coord.). *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão e Junta de Freguesia de S. Salvador da Aramenha. 13.
- OLIVEIRA, Jorge de; PEREIRA, S.; PARREIRA, J. (2007) - Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão, C.M. de Marvão/Edições Colibri.
- OLIVEIRA, Jorge de (Coord) (2012) - O Foral Manuelino de Marvão, C.M. de Marvão.
- PAÇO, Afonso do (1948) - Epigrafia amaiense. Monografia oferecida à Academia de Ciências. *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*. Março, p. 30-31.
- PAÇO, Afonso do; ALMEIDA, (D.) Fernando de (1962) - Duas inscrições romanas inéditas do Museu de Marvão. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. LXXII.
- PEREIRA, Sérgio et alii (2000) - Numismática amaiense: notas preliminares. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 9-10, p. 55-70.
- PEREIRA, Sérgio (2002) - Dois depósitos monetários encontrados na Porta Sul (Ammaia). *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 99-134.
- REI, António (2002) - Târiq ibn Ziyâd e o seu exército em Almeida e na Cidade de Ammaia (Marvão) em finais de 711 - inícios 712. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 12, p.159-167.
- REI, António (1998) - O nordeste alentejano nos geógrafos árabes. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 247-250.
- SIDARUS, Adel (1991) - Amaia de Ibn Maruán: Marvão. *Ibn Maruán*. Câmara Municipal de Marvão. 1, p. 13-26.
- VIU, D. José de (1852) - *Estremadura: Coleccion de sus Incripciones y Monumentos*. Madrid. Tomo I, p. 242-235.